

O Liberalismo Austríaco no Pensamento de Michel Foucault: Teoria Política Internacional em Nova Perspectiva

*Claudio A. Tellez-Zepeda**

Resumo: Neste artigo, ofereço uma clarificação de conceitos a respeito do lugar ocupado por autores centrais do Liberalismo Austríaco, Mises e Hayek, no pensamento de Foucault, no que diz respeito à gestação da biopolítica e da governamentalidade (neo)liberal. Avanço também o argumento de que o estudo da relação entre Foucault, Mises e Hayek abre novas possibilidades para pensar a Teoria Política Internacional na modernidade tardia como um conjunto de reflexões acerca da relação entre a moralidade e o problema do político na sociedade anárquica de nações soberanas.

Palavras-chave: Teoria de Relações Internacionais; Teoria Política Internacional; Liberalismo Austríaco; Michel Foucault; Biopolítica; Governamentalidade.

Austrian Liberalism in the Thought of Michel Foucault: International Political Theory in a New Perspective

Abstract: In this article, I offer a conceptual clarification regarding the place occupied by central Austrian Liberal authors, Mises and Hayek, in the thought of Michel Foucault, in what concerns the gestation of the (neo)liberal biopolitics and governmentality. I also advance the argument that the study of the relationship between Foucault, Mises and Hayek opens new possibilities to think International Political Theory in late modernity as a set of reflections concerning the relationship between morality and the problem of the political in the anarchical society of sovereign nations.

Keywords: International Relations Theory; International Political Theory; Austrian Liberalism; Michel Foucault; Biopolitics; Governmentality.

Classificação JEL: F5, B25, A12

* **Claudio A. Tellez-Zepeda** nasceu em 7 de novembro de 1976, em Bochum, na Alemanha. É professor agregado do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), onde também cursa o doutorado em Relações Internacionais. Cursou o bacharelado em Matemática Aplicada na PUC-Rio, o bacharelado em Relações Internacionais no Centro Universitário da Cidade (UniverCidade), o MBA em Gestão de Comércio Exterior e Negócios Internacionais na Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) e o mestrado em Relações Internacionais no IRI/PUC-Rio. É membro do Conselho Editorial de *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*. Seus interesses de pesquisa incluem o estudo dos sistemas dinâmicos não-lineares associados a situações de interação estratégica na política internacional (conflitos internacionais, formação de política externa e origem/mudança institucional).
E-mail: tellez.ca@gmail.com

I - INTRODUÇÃO

Desde a sua formulação, na segunda metade do século XX, as ideias do filósofo e historiador dos sistemas de pensamento Michel Foucault (1926-1984) exercem considerável impacto sobre diversas áreas acadêmicas, tais como estudos de gênero, teoria social, história e estudos culturais. No campo teórico das Relações Internacionais (RI), importantes contribuições recentes à área se inspiram em seus trabalhos e, apesar da ênfase epistemológica de Foucault recair sobre as práticas e não sobre a teoria política, já não se pode mais defender o ponto de vista de que suas ideias são negligenciadas no estudo da política em geral e da política internacional em particular.

Dentre as reflexões mais significativas de Michel Foucault para o estudo da política internacional, destacam-se seus trabalhos sobre racionalidades de governo (liberais e (neo)liberais¹), biopolítica e governamentalidade. Entretanto, apesar das reflexões de Foucault a respeito do liberalismo moderno ocuparem um lugar cada vez mais amplo nos desenvolvimentos teóricos do campo das RI, autores de fundamental importância para o desenvolvimento tanto do pensamento quanto das práticas liberais na modernidade tardia² têm sido

¹ O conceito de neoliberalismo é contestado e ambíguo. Além de suas acepções acadêmicas, o termo costuma também ser empregado com sentido pejorativo em práticas de militância ideológica. Opto, portanto, por colocar o prefixo “neo” entre parênteses: (neo)liberalismo.

² Não há consenso com relação às periodizações da modernidade. Por razões teórico-analíticas, considero que o início da modernidade situa-se no século XVI, a partir da confluência de diversos fatores que permitem identificar uma ruptura tanto com a ordem quanto com as mentalidades pré-modernas: a descoberta do Novo Mundo e o início da abertura para o mundo extra-europeu, a Reforma Protestante, o início da Revolução Científica e a retomada do pensamento cético na filosofia (devo essa consideração teórica, que é muito adequada para quem se dedica ao estudo das Relações Internacionais na modernidade, ao Prof. Dr. Danilo Marcondes de Souza Filho, do Departamento de Filosofia da PUC-Rio). Já por modernidade tardia, entendo o período que se estende desde a Grande

negligenciados. Dentre esses autores, destaco Ludwig von Mises (1881-1973) e Friedrich A. Hayek (1899-1992), que têm sido estudados quase exclusivamente no âmbito da economia teórica, mas que apresentam valiosas contribuições para outras áreas, inclusive as RI, onde permanecem praticamente desconhecidos.

A carência de mais estudos sobre Mises e Hayek, por parte dos acadêmicos de RI, representa uma lacuna que merece ser tratada com mais atenção. Afinal de contas, uma das obras mais debatidas nas RI, nos últimos anos, é *Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France (1978-1979)* [Nascimento da Biopolítica]³, um conjunto de aulas proferidas por Foucault no *Collège de France* entre 1978 e 1979. Nessas aulas, Foucault realiza uma análise da governamentalidade liberal na segunda metade do século XX e atenta para o papel desempenhado pelas contribuições de Mises e Hayek, representantes centrais do (neo)liberalismo austríaco, no desenvolvimento das relações entre o liberalismo econômico, o poder e a política. Em outras palavras, Foucault lida com o problema da passagem das teses liberais para o (neo)liberalismo como prática governamental na modernidade tardia. Tal empreendimento exige, obviamente, uma atenta consideração dos principais proponentes dessas teses liberais no período em questão. Contudo, observo que autores representativos do campo teórico das RI na atualidade, apesar de buscarem inspiração nas obras tardias de Foucault, não empreendem um esforço sistemático de análise das contribuições

Guerra, entre 1914 e 1918, até os dias atuais.

³ Todas as referências à obra *Nascimento da Biopolítica* neste artigo terão como base a edição em inglês, dirigida por François Ewald e Alessandro Fontana e editada por Michel Senellart, publicada como: FOUCAULT, Michel. **The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1978-1979**. Trad. Graham Burchell. New York: Palgrave Macmillan, 2008. A obra também foi lançada em português tanto no Brasil quanto em Portugal, nas respectivas edições: FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008; Idem. **Nascimento da Biopolítica**. Intr. Bruno Mações; Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010.

originais de autores tais como Mises e Hayek, que foram cuidadosamente consideradas e ponderadas pelo próprio Foucault.

Ciente de que essa lacuna resulta em distorções e representações equivocadas tanto do pensamento de Foucault quanto do liberalismo da Escola Austríaca, meu principal objetivo neste artigo é oferecer uma clarificação de conceitos baseada em uma apresentação das considerações de Foucault a respeito do pensamento de Mises e Hayek no *Nascimento da Biopolítica*. Em um segundo movimento, desenvolverei uma análise das potenciais contribuições da Escola Austríaca para a Teoria Política Internacional. Para tanto, avançarei o argumento de que, a partir de uma ponderação analítica do lugar que Mises e Hayek ocupam na gestação da biopolítica e governamentalidade (neo)liberal, abre-se uma nova perspectiva para a Teoria Política Internacional no século XXI.

Inicialmente, farei uma breve introdução ao pensamento de Michel Foucault e discutirei como suas propostas acerca da biopolítica e da governamentalidade influenciam o campo acadêmico das RI, ressaltando a importância de retomar o Liberalismo Austríaco para compreender de maneira adequada o impacto dessas propostas foucaultianas no estudo da Teoria Política Internacional. A seguir, discutirei o significado de Teoria Política Internacional e farei uma breve apresentação dos princípios do Liberalismo Austríaco e das contribuições de Mises e Hayek como os principais representantes dessa corrente de pensamento. A partir desses elementos, estabelecerei meu argumento de que as percepções de Foucault a respeito do Liberalismo Austríaco, em torno das ideias de biopolítica e governamentalidade, podem contribuir para o desenvolvimento de uma nova perspectiva para a Teoria Política Internacional, mais adequada aos desafios teóricos do século XXI.

Como implicações deste trabalho, minhas considerações a respeito de Mises, Hayek e Foucault abrem a possibilidade de iniciar uma reatualização teórica do campo das RI diante de questões que desafiam a imaginação dos acadêmicos da área na contemporaneidade.

Ao mesmo tempo, chamo a atenção para a necessidade de reavaliar o significado de Teoria Política Internacional, a partir da elaboração de uma abordagem não ideológica que busca combinar o pensamento de Foucault com as contribuições de autores liberais essenciais do Liberalismo Austríaco, mais especificamente Mises e Hayek. Como perspectiva para trabalhos futuros, afirmo que é necessário continuar reavaliando a maneira como o pensamento de Foucault influencia o campo de estudos das RI, especialmente na relação entre Foucault e o pensamento liberal, tanto no que diz respeito ao corpo de ideias do Liberalismo Clássico em geral, quanto no que tange ao Liberalismo Austríaco em particular e em seu papel na construção da modernidade política tardia.

Na seção seguinte, apresentarei brevemente as principais ideias de Michel Foucault no *Nascimento da Biopolítica* e discutirei como tais ideias se relacionam com o campo de estudos das RI. Na terceira sessão, apresentarei como o pensamento de Mises e Hayek está presente no *Nascimento da Biopolítica* de Foucault, e explorarei como esses representantes do Liberalismo Austríaco, a partir das percepções de Foucault, podem contribuir para a elaboração de uma nova perspectiva para a Teoria Política Internacional. A quarta e última sessão será dedicada às minhas conclusões e considerações finais.

II - GOVERNAMENTALIDADE, BIOPOLÍTICA E O IMPACTO DE FOUCAULT NO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O filósofo pictaviano⁴ Michel Foucault nasceu na cidade francesa de Poitiers, às margens do rio Clain, em 15 de outubro de 1926, e faleceu em Paris, em 25 de junho de 1984. O

⁴ Os franceses referem-se aos nascidos em Poitiers como pictavianos (*pictaviens*), por ter sido uma região habitada pelos povos pictões, tal como descrito por Cláudio Ptolomeu (90-168) em sua *Geografia*. Ver: PTOLOMAEI, Claudius. *Geographia – Tomo I*. Leipzig: K. F. A. Nobbe, 1843.

filósofo Gary Gutting, do Departamento de Filosofia da *University of Notre Dame*, aponta para a dificuldade de ter uma visão definitiva a respeito da vida de Foucault e sugere que uma abordagem biográfica adequada deve partir de sua obra, devido à indissolúvel tensão, presente na vida e no pensamento de Foucault, entre sua contemplação estética e seu ativismo político⁵. Devido aos próprios esforços do filósofo para separar sua vida pública de sua produção intelectual, concordo com a colocação de Gutting e reconheço a dificuldade de apresentar um esboço biográfico definitivo de Foucault. Contudo, início esta seção expondo brevemente os principais aspectos da formação intelectual de Foucault e, para uma discussão biográfica mais abrangente, remeto o leitor às obras de Didier Eribon⁶.

A formação básica de Foucault ocorreu no *Lycée Henri-IV* e, posteriormente, na *École Normale Supérieure*, onde foi influenciado, em seus estudos filosóficos, por Louis Althusser (1918-1990) e Jean Hyppolite (1907-1968). Sua primeira grande obra, *Folie et Dérison: Histoire de la folie à l'âge classique* [História da Loucura], foi publicada em 1961. Nesse trabalho, criticando o método histórico, o pensador adotou uma perspectiva estruturalista para examinar as transformações do significado da loucura desde a Idade Média até o século XVIII. Em 1963 publicou *Naissance de la clinique: Une archéologie du regard médical* [Nascimento da Clínica] e, em 1966, publicou *Les mots et les choses: Une archéologie des sciences humaines* [As Palavras e as Coisas], considerada por muitos a sua obra mestra. Nesses dois últimos livros, Foucault aprofundou sua perspectiva estruturalista e, em *Les mots e les choses*, introduziu seu conceito de *episteme* para analisar as mudanças temporais das condições do discurso em sua busca das origens das ciências humanas. Em 1969, com o seu livro *L'archéologie du savoir* [Arque-

ologia do Saber], Foucault forneceu uma visão mais compreensiva de sua técnica historiográfica conhecida como arqueologia.

A partir de 1970, Foucault lecionou no *Collège de France*. Nesse período, publicou obras representativas tais como *Surveiller et punir: Naissance de la Prison* [Vigiar e Punir] em 1975 e *Histoire de la sexualité* [História da Sexualidade], em três volumes, o primeiro, em 1976, com o subtítulo *La volonté de savoir* [A Vontade de Saber] e os outros dois em 1984, com os, respectivos, subtítulos *L'usage des plaisirs* [O Uso dos Prazeres] e *Le souci de soi* [O Cuidado de Si]. Nessas últimas obras, Foucault desenvolveu sua genealogia, uma abordagem crítica para desenvolver uma história do presente a partir do papel desempenhado pelo poder na evolução discursiva dos saberes e das sociedades.

Entre 1975 e 1984, Foucault desenvolveu seus conceitos de biopolítica e governamentalidade, que têm sido muito influentes no campo teórico contemporâneo das RI. Grande parte das discussões em torno desses conceitos aparecem nas compilações de suas aulas no *Collège de France*, principalmente em *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France (1975-1976)* [Em Defesa da Sociedade] e na já citada *Nascimento da Biopolítica*.

A relação entre arqueologia e genealogia ultrapassa as possibilidades (ingênuas) de separar um primeiro Foucault, arqueológico e estruturalista, de um segundo Foucault, genealógico e pós-estruturalista. De acordo com Nicholas Onuf, um dos principais teóricos do campo das RI:

Eu sugiro que a genealogia encontra o presente no passado. Reciprocamente, a arqueologia encontra o passado no presente. Apesar de eu não estar certo de que Foucault aceitaria essa formulação, eu também sugiro que os termos *arqueologia* e *genealogia* são metáforas diferentes para o mesmo método geral, que encontra o passado e o presente em uma relação estável e explicável⁷.

⁵ GUTTING, Gary. *Foucault: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press, 2005.

⁶ ERIBON, Didier. *Michel Foucault, 1926-1984*. Paris: Flammarion, 1989; Idem. *Michel Foucault et ses contemporains*. Paris: Fayard, 1994.

⁷ ONUF, Nicholas. *Modern Order/Disorder: Notes for a Future Archeologist*. In: MARLIN-BENNETT, Renée (Ed.). *Alker and IR: Global Studies in an Interconnected World*. London and New York:

Foucault ainda afirma que, até onde ele sabe, somente dois acadêmicos de RI trabalharam com o esquema de Foucault. Um deles é Jens Bartelson, da Universidade de Lund, na Suécia. Bartelson desenvolve pesquisas nas áreas de Teoria Política Internacional, História do Pensamento Político, Filosofia Política e Teoria Social. Em uma de suas principais obras, *Genealogy of Sovereignty*⁸, Bartelson desenvolve uma história conceitual da soberania moderna a partir de uma interrogação sobre a(s) maneira(s) como os discursos políticos acerca da soberania constituem tanto a realidade política moderna quanto o nosso conhecimento a respeito dessa realidade. Dessa maneira, Bartelson desconstrói a soberania moderna para evidenciar seu funcionamento enquanto uma política do conhecimento que opera como princípio organizador da política na modernidade, particularmente na articulação entre “Estado” e “nação”. De acordo com Onuf, apesar do título *Genealogy of Sovereignty*, o que Bartelson realmente produz é uma arqueologia da soberania. Ainda de acordo com Onuf, o outro teórico de RI que trabalha com o esquema de Foucault é ele mesmo, que tem investigado de maneira mais sistemática o problema da ordem/desordem da modernidade⁹, a partir da ideia de que a ontologia histórica de Foucault enfatiza as descontinuidades e caracteriza a modernidade como uma sucessão de quadros ordenados que estão ligados por momentos desordenados, rupturas metafóricas no espaço do tempo¹⁰.

Routledge, 2013. p. 102-16, cit. p. 110.

⁸ BARTELSON, Jens. **Genealogy of Sovereignty**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

⁹ ONUF, Nicholas & ONUF, Peter. **Nations, Markets and War: Modern History and the American Civil War**. Charlottesville: University of Virginia Press, 2006.

¹⁰ ONUF. *Modern Order/Disorder*. p. 102-16. É importante observar que Nicholas Onuf contrasta a perspectiva arqueo-genealógica de Michel Foucault com a abordagem histórica humanista de Hayward Alker (1937-2007), um dos teóricos mais importantes do campo das RI. De acordo com Onuf, enquanto a modernidade de Alker é uma sequência contínua de narrativas, a modernidade de Foucault é uma série descontínua de imagens emolduradas, e nenhum dos dois apresenta uma

Além das inspirações metodológicas originadas da arqueologia e da genealogia de Foucault, dois conceitos centrais que têm ocupado a imaginação teórica no campo das RI, nos últimos anos, são a *biopolítica* e a *governamentalidade*. O conceito foucaultiano de biopolítica aparece principalmente em *Il faut défendre la société* e denota uma tecnologia de (bio)poder que funciona como aparelho de controle sobre uma população como um todo¹¹, onde por biopoder entende-se o conjunto de técnicas utilizadas para a sujeição dos corpos, de modo a permitir a administração das populações:

Por isto [biopoder] eu quero denotar um certo número de fenômenos que me parecem ser bastante significativos, a saber, o conjunto de mecanismos através dos quais as características biológicas básicas da espécie humana tornaram-se objetos de estratégia política, de uma estratégia geral do poder, ou, em outras palavras, como, a partir do século XVIII, as sociedades ocidentais modernas passaram a levar em consideração o fato biológico fundamental de que os seres humanos são uma espécie. Isto é o que eu tenho chamado de biopoder¹².

descrição totalmente correta. Em minhas investigações sobre a origem e evolução de instituições fundamentais na modernidade, sugiro que as posições de Foucault e Alker, tal como descritas por Onuf, podem ser combinadas através de uma perspectiva evolutiva (baseada na Teoria Evolutiva dos Jogos), que contempla ao mesmo tempo as rupturas/descontinuidades e as relações/relacionalidades presentes nos fundamentos da teoria internacional na modernidade, possibilitando assim o desenvolvimento de uma redescoberta humanista da(s) historicidade(s) e historicalidade(s) contingente(s) nas quais as instituições fundamentais originam-se e evoluem. Ver: TELLEZ-ZEPEDA, Claudio A. *Time Traveling with Alker and Foucault: The Origin of Property as a Fundamental Institution in Early Modernity*. Trabalho apresentado no **Transatlantic Doctoral Seminar**, realizado entre 25 e 27 de setembro de 2013 no IRI/PUC-Rio.

¹¹ FOUCAULT, Michel. **Society Must Be Defended: Lectures at the Collège de France, 1975-1976**. New York: St. Martin's Press, 1997.

¹² Idem. **Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France 1977-1978**. New York: St. Martin's Press, 2009. p. 16.

Apesar de Foucault não ter pensado a biopolítica no contexto analítico das RI, autores como Michael Dillon e Julian Reid perceberam a estreita relação entre a ordem mundial/global e a biopolítica. De acordo com Dillon e Reid, a governança global liberal é, na verdade, uma biopolítica global¹³, e a partir dessa identificação podemos repensar a segurança internacional e fenômenos como a guerra na contemporaneidade. Ainda de acordo com Michael Dillon, a governança global compreende um conjunto de práticas de regulação das populações, através de configurações dinâmicas de poder que operam sobre a vida, e não sobre a morte, conformando um domínio de biopolítica ao invés de geopolítica¹⁴.

Além disso, os conceitos de biopoder e biopolítica também têm aparecido, nas RI, no estudo de fenômenos migratórios¹⁵; na relação entre poder soberano e biopoder¹⁶; como uma biopolítica imperial, nos mecanismos/tecnologias que estabelecem uma normatividade global a partir da interação entre as forças mercadológicas e a sociedade civil¹⁷; na relação entre defesa, segurança e proteção, mais especificamente na ideia de tutela, onde o cuidado dos indivíduos compreende a utilização de mecanismos de vigilância, assim como de monitoramento e controle do futuro¹⁸; e em

temas mais pontuais, como, por exemplo, na ideia de securitização diante de pandemias globais¹⁹ e no estudo de regimes de controle de vistos (micropolítica de fronteiras)²⁰, entre outros assuntos. Como denominador comum de todos esses trabalhos (e de praticamente todas as investigações que recorrem ao conceito foucaultiano de biopolítica nas RI), encontra-se o questionamento da agência livre ou da capacidade de agir de maneira autônoma, diante das múltiplas expressões do poder que participam, desde o início da modernidade, do processo de consolidação de uma economia biopolítica liberal.

O termo governamentalidade refere-se a outro conceito foucaultiano importante para a teoria política em geral e teoria política internacional em particular. Em sua aula no *Collège de France* no dia 1º de fevereiro de 1978, Foucault começa a analisar o problema do governo e de suas práticas no início da modernidade (século XVI) e expõe o projeto metodológico de uma história da governamentalidade. Foucault discute o problema da relação entre a arte moderna de governar e o processo de consolidação da soberania moderna, e estabelece o que entende por governamentalidade:

Por este termo, “governamentalidade”, quero dizer três coisas. Primeiro, por “governamentalidade” entendo o conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem o exercício deste muito específico, embora muito complexo, poder que tem a população como seu algo, a economia política como sua principal forma de conhecimento, e aparatos de segurança como seu instrumento técnico essencial. Segundo, por “governamentalidade” entendo a tendência, a

¹³ DILLON, Michael & REID, Julian. Global Liberal Governance: Biopolitics, Security and War. *Millennium: Journal of International Studies*, Vol. 30, No. 1 (January 2001): 41-65.

¹⁴ DILLON, Michael. Culture, Governance and Global Biopolitics. In: DEBRIX, François & WEBER, Cynthia. (Eds.). *Rituals of Mediation: International Politics and Social Meaning*. Minneapolis: Minnesota University Press, 2003. p. 135-53.

¹⁵ HUYSMANS, Jef. *The Politics of Insecurity: Fear, Migration and Asylum in the EU*. London / New York: Routledge, 2007.

¹⁶ EDKINS, Jenny ; PIN-FAT, Veronique & SHAPIRO, Michael J. (Eds.). *Sovereign Lives: Power in Global Politics*. London / New York: Routledge, 2004.

¹⁷ HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

¹⁸ BIGO, Didier. Protection: Security, Territory and Population. In: HUYSMANS, Jef ; DOBSON, Andrew

& PROKHOVNIK, Raia (Eds.). *The Politics of Protection: Sites of Insecurity and Political Agency*. London and New York: Routledge, 2006. p. 84-100.

¹⁹ ELBE, Stephan. AIDS, Security, Biopolitics. *International Relations*, Vol. 19, No. 4 (2005): 403-19.

²⁰ SALTER, Mark B. The Global Visa Regime and the Political Technologies of the International Self: Borders, Bodies, Biopolitics. *Alternatives: Global, Local, Political*, Vol. 31, No. 2 (April 2006): 167-89.

linha de força, que por um longo tempo, e em todo o Ocidente, tem constantemente levado à preeminência sobre todos os outros tipos de poder – soberania, disciplina, e assim por diante – do tipo de poder ao qual chamamos “governo” e que tem conduzido ao desenvolvimento de uma série de aparatos governamentais específicos (dispositivos) por um lado, [e, por outro lado] ao desenvolvimento de uma série de conhecimentos (saberes). Finalmente, por “governamentalidade”, creio que deveríamos entender o processo, ou melhor, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média tornou-se o Estado administrativo nos séculos XV e XVI, sendo gradualmente “governamentalizado”²¹.

Apesar do entendimento corriqueiro de governamentalidade como um amálgama de “governo” e “mentalidade”, em referência à arte de governar, o conceito inclui diversas práticas de governo que operam em múltiplos níveis, de acordo com as várias expressões do poder no meio social e político. Assim, governamentalidade envolve as tecnologias de poder (formas de objetificação, sujeição e domínio dos indivíduos), do eu (conjunto de atitudes de autonormatização e autocontrole sobre si) e do mercado (técnicas de controle a partir da criação mercadológica de necessidades e do estabelecimento de padrões de consumo). Tais tecnologias agem de modo imbricado no estabelecimento dos papéis dos governantes e dos governados, a partir do exercício dos micro-poderes no cotidiano.

Foucault não se debruçou sistematicamente sobre as especificidades do internacional, porém o estudo da Teoria Política Internacional fundamenta-se no estabelecimento dos Estados-nação como unidades políticas na modernidade e no desenvolvimento da relação entre a soberania e as subjetividades modernas. Assim, nas RI, o conceito de governamentalidade tem influenciado diversas linhas de investigação. Por exemplo, destaco o estudo da relação entre as práticas de governo

e os territórios nacionais²², segurança internacional e migrações²³, teoria social e liberalismo²⁴, eurocentrismo e colonialidade²⁵, globalização e regulação²⁶, religião e governança global²⁷, temas ambientais e ecogovernamentalidade²⁸. O que quase todas as abordagens de RI baseadas em governamentalidade têm em comum é uma ênfase no macro, ou em como o poder opera nas ou a partir das relações entre os Estados no sistema internacional. Contudo, Nicholas Onuf observa que Foucault nos ensina, na verdade, a diminuir a escala, a olhar para a microfísica do poder²⁹. Uma análise mais adequada, portanto, deve partir do micro para o macro, em um movimento oposto às tentativas de identificar como as macro-expressões do poder condicionam a vida

²² FERGUSON, James. Spatializing States: Toward an Ethnography of Neoliberal Governmentality. *American Ethnologist*, Vol. 29, No. 4 (November 2002): 981-1002.

²³ BIGO, Didier. Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease. *Alternatives: Global, Local, Political*, Vol. 27, No. 1 (February 2002): 63-92.

²⁴ JOSEPH, Jonathan. The limits of governmentality: Social Theory and the International. *European Journal of International Relations*, Vol. 16, No. 2 (June 2010): 223-46.

²⁵ SCOTT, David. Colonial Governmentality. *Social Text*, No. 43 (Autumn 1995): 191-220..

²⁶ LIPSCHUTZ, Ronnie D. & ROWE, James K. *Globalization, Governmentality and Global Politics: Regulation for the Rest of Us?* London / New York: Routledge, 2005.

²⁷ JAMES, Helen (Ed.). *Civil Society, Religion and Global Governance: Paradigms of Power and Persuasion*. London / New York: Routledge, 2007.

²⁸ METHMANN, Chris. The Sky is the Limit: Global Warming as Global Governmentality. *European Journal of International Relations*, Vol. 19, No. 1 (March 2013): 69-91; OELS, Angela. Rendering Climate Change Governable: From Biopower to Advanced Liberal Government? *Journal of Environmental Policy & Planning*, Vol. 7, No. 3 (2005): 185-207; OKEREKE, Chukwumerije; BULKELEY, Harriet & SCHROEDER, Heike. Conceptualizing Climate Governance Beyond the International Regime. *Global Environmental Politics*, Vol. 9, No. 1 (February 2009): 58-78.

²⁹ ONUF, Nicholas. Comunicação pessoal. 2013.

²¹ FOUCAULT. *Security, Territory, Population*. p. 144.

cotidiana dos indivíduos. A conformação de uma governamentalidade global inicia-se nas microrrelações entre os indivíduos em seus respectivos meios sociais, e é por isso que um estudo sistemático da biopolítica e da governamentalidade, no campo das RI, deve necessariamente levar em conta o estabelecimento dos pressupostos liberais para a análise das (micro)relações entre os indivíduos e suas socialidades.

Esse movimento do micro para o macro está claro na obra *Nascimento da Biopolítica*, na qual Foucault propõe-se a analisar a biopolítica como a busca da racionalização dos problemas que se colocam às práticas governamentais relacionadas com os fenômenos referentes a uma coletividade de seres vivos (saúde, higiene, natalidade e assim por diante). Para tanto, Foucault considera necessário trabalhar dentro do marco da racionalidade política do liberalismo, que ele entende como prática orientada à limitação do exercício do poder público. No *Nascimento da Biopolítica*, Foucault desenvolve amplas reflexões sobre três problemas: a lei e a ordem, a oposição entre Estado e sociedade civil, e as políticas da vida (biopolítica). Ele trabalha inicialmente sobre a economia política enquanto princípio de limitação interna da razão governamental, analisa a crítica (neo)liberal ao estatismo e à economia do bem-estar (*welfare economy*) e discute a relação entre direito e mercado na conformação de uma ordem liberal jurídico-econômica. Nas últimas aulas do ciclo, Foucault trata do *homo oeconomicus* e da sua relação com a sociedade civil liberal na conformação de uma tecnologia liberal de governamentalidade.

Nas primeiras aulas desse ciclo, Foucault lida com o aparecimento da governamentalidade liberal no século XX e analisa o programa neoliberal³⁰, que aparece em duas formas (alemã e norte-americana), sendo que elas têm John Maynard Keynes (1883-1946)

³⁰ Foucault utiliza explicitamente o termo neo-liberal. Assim, sempre que eu utilizar a forma sem o prefixo "neo" entre parênteses, trata-se de uma referência direta ao texto de Foucault.

como inimigo comum³¹ e também compartilham da mesma rejeição pelo intervencionismo estatal na economia. Foucault observa ainda que a influência da Escola Austríaca e de autores como Ludwig von Mises e F. A. Hayek está presente nessas duas formas de neoliberalismo, e opta por dedicar mais atenção ao neoliberalismo alemão por considerá-lo teoricamente mais relevante do que o norte-americano para entender a maneira como o mercado economicamente livre produz diversos elementos que permitem o funcionamento do poder e conecta laços políticos.

No que diz respeito ao lugar que Mises e Hayek ocupam no *Nascimento da Biopolítica*, é importante explicitar algumas terminologias que Foucault utiliza para referir-se ao (neo)liberalismo no século XX. O liberalismo alemão surge na década de 1930 como uma reação ao Nazismo, um regime acentuadamente intervencionista e estatizante. Já o ordoliberalismo alemão, representado por autores como Walter Eucken (1891-1950), Alexander Rüstow (1885-1963) e Wilhelm Röpke (1899-1966), entre outros, admite a intervenção do Estado sobre as condições sociais do mercado, de modo a promover uma economia social de mercado. O neoliberalismo norte-americano, por sua vez, é uma reação à Grande Depressão e ao programa governamental do *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), e compreende a Escola de Chicago. Foucault identifica Mises e Hayek como intermediários entre o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo norte-americano.

Na concepção de Foucault acerca do neoliberalismo, um ponto de contraste com o liberalismo econômico anterior é a ênfase na

³¹ De acordo com Ubiratan Borges de Macedo, John Maynard Keynes é ferozmente atacado pelos (neo)liberais, que consideram suas propostas estatizantes. Contudo, Keynes marca a transição para o liberalismo do pós-guerra e ele permanecia individualista e liberal, apesar de atribuir ao Estado a missão de proporcionar pleno emprego e corrigir a distribuição de rendas. Ver: BORGES DE MACEDO, Ubiratan. **Liberalismo e Justiça Social**. São Paulo: IBRASA, 1995.

competição ao invés da troca. Essa mudança de ênfase ocorre, segundo o autor, desde finais do século XIX. É através da competição que ocorre a separação entre a economia de mercado e o princípio (político) do *laissez-faire*, possibilitando assim a projeção dos princípios formais da economia na conformação de uma governamentalidade liberal:

Eu tentei mostrar a vocês como o problema do neoliberalismo não foi como talhar ou inventar um livre espaço para o mercado dentro de uma sociedade política já dada, como no liberalismo de Adam Smith (1723-1790) e o século dezoito. O problema do neoliberalismo é, na verdade, como o exercício total do poder político pode ser modelado nos princípios de uma economia de mercado. Então, não se trata da questão de tornar livre um espaço vazio, mas de tomar os princípios formais de uma economia de mercado e, em referência e relação a eles, de projetá-los em uma arte geral de governar³².

Mises e Hayek são autores que desempenham um lugar essencial nessa articulação. Mises, por fundamentar teoricamente a economia da competição e sua relação com a racionalidade do sistema de preços, e por evidenciar a desconexão entre os fenômenos de monopólio e a lógica da competição; Hayek, por desenvolver a relação entre o mercado e o Estado de Direito (*Rule of Law*), possibilitando assim um marco para o funcionamento das políticas liberais, ou seja, um espaço real onde a estrutura formal da competição pode funcionar. Em sua análise, Foucault deixa explícito que ele não considera a governamentalidade neoliberal como algo que compreende mecanismos de disciplina e normalização da sociedade com base na criação de uma sociedade de consumo fundamentada nas relações de trocas; ao contrário, Foucault entende que o princípio regulatório não reside na troca de commodities, mas sim nos mecanismos da competição:

Isto significa que o que se busca não é uma sociedade sujeita ao efeito-commodity, mas uma sociedade sujeita à dinâmica da com-

petição. Não uma sociedade-supermercado, mas uma sociedade empresarial. O *homo oeconomicus* que se busca, no fim das contas, não é o homem da troca ou o homem consumidor; é o homem do empreendimento e da produção³³.

No que diz respeito a Hayek, Foucault observa que esse autor considera que o Estado de Direito, como legislação econômica formal, é o oposto do planejamento. Deve permanecer, portanto, totalmente formal, e jamais definir objetivos particulares a serem atingidos. Assim, a economia deve funcionar como um jogo, onde as atividades são reguladas (e esse é o papel do Estado de Direito), porém as regras (que correspondem às instituições legais) não são decisões que alguns tomam para os outros.

Concluindo esta seção, observo que o Liberalismo Austríaco desempenha um papel importante nas reflexões de Foucault no *Nascimento da Biopolítica*. A lógica da competição, o foco na atividade empresarial e a presença de instituições legais que regulam as interações no jogo econômico (sem exercer planejamentos) são temas centrais no pensamento da Escola Austríaca e, ao mesmo tempo, são elementos que participam – em uma perspectiva foucaultiana – da construção de uma governamentalidade (neo)liberal na contemporaneidade. Noto ainda que, em contraste com outras “escolas” ou “correntes” do pensamento econômico liberal, o Liberalismo Austríaco não se “tecnologizou” com a adoção de um *homo oeconomicus* hiper-racional, evitando assim a expressão do individualismo como sujeição atomizante dos indivíduos³⁴. Em contraste com o neoliberalismo norte-americano, por exemplo, a posição austríaca em grande medida adota uma concepção de indivíduo como indissociável de sua socialidade, um posicionamento que está mais próximo de Hugo Grotius (1583-1645) e de Samuel Pufendorf (1634-1694) do

³³ Idem. *Ibidem.*, p. 147.

³⁴ ZAFIROVSKI, Milan. Classical and Neoclassical Conceptions of Rationality: Findings of an Exploratory Survey. *The Journal of Socio-Economics*, Vol. 37, No. 2 (April 2008): 789-820.

³² FOUCAULT. *The Birth of Biopolitics*. p. 131.

que do individualismo metodológico de Thomas Hobbes (1588-1679)³⁵.

Diante da percepção de que o campo teórico das RI costuma trabalhar a governamentalidade “de cima para baixo”, isto é, a partir das relações entre os Estados no sistema (ou sociedade) internacional, e levando em consideração o conselho de Nicholas Onuf sobre a necessidade de “diminuir a escala”, defendo a necessidade do campo das RI começar a empreender um estudo sistemático e abrangente do Liberalismo Austríaco. Há, no mínimo, duas razões que sustentam minha posição: a primeira é que o Liberalismo Austríaco articula uma conexão transatlântica entre diversas perspectivas liberais no século XX, e, portanto, seu estudo é indispensável para uma abordagem mais adequada do problema de se estamos ou não vivendo sob uma governança global (neo)liberal; a segunda é que um estudo cuidadoso do Liberalismo Austríaco nos coloca diante das microrrelações entre indivíduos e socialidades, que se expressam nas dinâmicas de competição, nas ações empreendedoras e nas conexões entre mercados e instituições legais. Dado que o Liberalismo Austríaco estabelece uma conexão entre essas microrrelações e o surgimento de padrões de ordem política³⁶, seu estudo também é essencial para aproveitar de maneira adequada as colocações de Foucault no desenvolvimento de pesquisas em Teoria Política Internacional. Avançarei brevemente sobre este último ponto na seção seguinte.

³⁵ Esta reflexão é parte de uma pesquisa que estou desenvolvendo sobre a conexão entre o Liberalismo Austríaco e os fundamentos teológicos e filosóficos da arquitetura normativa da modernidade política internacional.

³⁶ HAYEK, F. A. *Law, Legislation and Liberty – Volume 3: The Political Order of a Free People*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

III - MISES, HAYEK, FOUCAULT E A TEORIA POLÍTICA INTERNACIONAL NA MODERNIDADE TARDIA

Há diversas concepções de Teoria Política Internacional. Para não empreender, aqui, uma longa discussão a respeito das diferenças e semelhanças entre ciência política, filosofia política e teoria política, baseio-me parcialmente em Martin Wight³⁷ e entendo que a Teoria Política Internacional diz respeito aos esforços de pensar o problema do “político” na modernidade internacional a partir de uma visão analítica que conecta a(s) moralidade(s) (e a produção dessa(s) moralidade(s)) com as tradições do pensamento político ocidental. Apesar de Foucault não ter se dedicado a um estudo sistemático da política internacional, ou das RI, essa concepção de Teoria Política Internacional é coerente com o desenvolvimento de suas aulas no *Collège de France* e, ao mesmo tempo, permite articular uma conexão com a sugestão de Martin Wight (1913-1972) de que a teoria internacional deve considerar a relação entre política e moralidade para compreender as dinâmicas políticas em uma sociedade anárquica de nações.

Dado que nesta seção eu me proponho a explorar brevemente a relação entre o Liberalismo Austríaco e Foucault no desenvolvimento da Teoria Política Internacional contemporânea, meu ponto de partida será apresentar uma introdução ao Liberalismo Austríaco. A seguir, discutirei a relação entre o Liberalismo Austríaco e a teoria de RI, para finalmente avançar meu argumento de que as considerações de Foucault a respeito de Mises e Hayek fornecem um pano de fundo teórico-conceitual adequado para o desenvolvimento de uma Teoria Política

³⁷ WIGHT, Martin. Why there is no International Theory? In: BUTTERFIELD, Herbert & WIGHT, Martin (Eds.). *Diplomatic Investigations: Essays in the Theory of International Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1966. p. 17-34.

Internacional mais adequada aos desafios da contemporaneidade.

A Escola Austríaca de Economia inicia-se com os trabalhos de Carl Menger (1840-1921) no último terço do século XIX³⁸. Menger participou, ao lado de Stanley Jevons (1835-1882) na Inglaterra e de Léon Walras (1834-1910) na Suíça, do descobrimento da teoria da utilidade marginal. Em contraste com Jevons e Walras, contudo, Menger adotou uma postura subjetivista, ou seja, a ideia de que “o conteúdo da mente humana – e, portanto, os processos de tomadas de decisão que caracterizam nossas escolhas ou ações – não são determinados rigidamente por eventos externos”³⁹. De acordo com Menger, “não há fenômeno econômico que não encontre sua origem e medida, em última análise, no ser humano que age economicamente e nas suas deliberações econômicas”⁴⁰, o que coloca de forma evidente sua perspectiva individualista a respeito da economia.

Menger lançou a semente que foi devidamente aproveitada por autores tais como o economista e sociólogo Friedrich von Wieser (1851-1927) e o economista Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914). Wieser aprofundou a teoria austríaca do valor, desenvolveu uma teoria da economia social e contribuiu para a teoria monetária, entre outros aportes. Böhm-Bawerk elaborou contundentes críticas à economia marxista e desenvolveu contribuições à teoria do capital e dos juros. Ao lado de Menger, Wieser e Böhm-Bawerk foram importantes influências para o pensamento de Ludwig von Mises.

O Liberalismo Austríaco começa no século XIX e princípios do século XX com uma ênfase acentuada na economia e afirma seus

princípios essenciais em oposição à escola neoclássica, a partir da concepção da ciência econômica como uma teoria da ação e não como uma teoria da decisão. Com respeito à abordagem metodológica, os austríacos avançam um individualismo metodológico subjetivista, em contraste com o individualismo metodológico objetivista dos neoclássicos. Dessa maneira, ao invés de um *homo oeconomicus* objetivo e atomizado, a Escola Austríaca trabalha com a ideia de empreendedor criativo⁴¹, o sujeito humano que está em constante relação dinâmica com sua socialidade, um aspecto que, por sinal, não passou despercebido por Foucault no *Nascimento da Biopolítica*. Em termos gerais, Ubiratan Jorge Iorio identifica o núcleo básico da Escola Austríaca como sendo a tríade composta pela ação humana (atos voluntários orientados pelo desejo de passar de um estado menos satisfatório para outro mais satisfatório), por uma concepção dinâmica do tempo (concebido como fluxo permanente de novas experiências que conforma o próprio tempo) e pela hipótese acerca dos limites do conhecimento humano (diante dos elementos de indeterminação e imprevisibilidade que impossibilitam a compreensão integral dos fenômenos sociais e econômicos)⁴². Para um desenvolvimento detalhado dos elementos dessa tríade, em conexão com os temas de investigação da Escola Austríaca nas ciências humanas, remeto o leitor ao livro de Iorio.

Discípulo de Böhm-Bawerk e considerado um dos mais importantes autores da Escola Austríaca no século XX, senão o mais importante, o austríaco Ludwig von Mises ampliou o escopo do paradigma subjetivista de Carl Menger para novas áreas da econo-

³⁸ SCHULAK, Eugen Maria & UNTERKÖFLER, Herbert. **The Austrian School of Economics: A History of its Ideas, Ambassadors, and Institutions**. Trad. Arlene Oost-Zinner. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2011. p. 29-32.

³⁹ IORIO, Ubiratan Jorge. **Ação, Tempo e Conhecimento: A Escola Austríaca de Economia**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011. p. 20.

⁴⁰ MENERG, Carl. Nationalökonomische Literatur in Österreich. **Wiener Zeitung**, 7 März 1889, p. 2-4.

⁴¹ HUERTA DE SOTO, Jesús. **The Austrian School: Market Order and Entrepreneurial Creativity**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2008. p. 2. A obra foi publicada no Brasil na seguinte edição: HUERTA DE SOTO, Jesús. **A Escola Austríaca**. Trad. André Azevedo Alves. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

⁴² IORIO. **Ação, Tempo e Conhecimento**. p. 17.

mia⁴³. Dentre suas contribuições, destaco sua teoria a respeito da impossibilidade prática da economia socialista e do socialismo, na qual concluiu que, na ausência do livre mercado, o cálculo econômico racional é impossível⁴⁴. Essa obra desempenhou considerável influência sobre F. A. Hayek, que abandonou o socialismo fabiano e aderiu ao liberalismo clássico. Contudo, a principal contribuição de Mises ao estudo da Economia em particular e das ciências humanas em geral é a sua teoria da ação humana⁴⁵, um verdadeiro tratado no qual estabelece as bases epistemológicas para a Economia Austríaca e substitui a concepção neoclássica do *homo oeconomicus* objetivo pelo *homo agens* empreendedor subjetivo e criativo.

Em *Human Action* [Ação Humana], publicado originalmente em 1949, Mises observa que até o advento das primeiras reflexões da Escola Austríaca, a economia política concentrava-se somente em alguns aspectos da ação humana, aqueles relacionados com o desejo de obter lucros. Entretanto, a partir da elaboração da moderna teoria subjetiva do valor, o campo das investigações econômicas ampliou-se e surge uma teoria geral da ação humana, a *praxeologia*⁴⁶, que compreende os estudos econômicos. De acordo com Ubiratan Iorio:

Praxeologia e economia, no entanto, são ciências diferentes: enquanto a praxeologia centra sua análise na ação humana, a economia política focaliza sua atenção nos

processos de utilização de recursos nos mercados (que os austríacos chamam de cataláctica), para o que ela deve fazer uso dos conceitos elaborados pela análise praxeológica⁴⁷.

Por transcender o âmbito do meramente econômico, a praxeologia de Mises estende o horizonte de possibilidades da Escola Austríaca para os problemas da teoria política e da teoria social. No contexto das relações internacionais da primeira metade do século XX, marcado pela ascensão de fenômenos totalitários, F. A. Hayek surge como o mais importante discípulo de Mises. Com Hayek, a Escola Austríaca ganha uma perspectiva mais integradora, e a partir das pesquisas de Hayek sobre a relação entre a ordem econômica e os fenômenos sociológicos, políticos e jurídicos, passamos a ter um verdadeiro Liberalismo Austríaco, que transcende as fronteiras do pensamento econômico, apesar de estar continuamente articulado em torno da cataláctica.

Friedrich Hayek elaborou contribuições para diversas áreas do conhecimento, e estendeu uma das principais ideias de Mises (de que o livre mercado é mais eficiente e produtivo do que o controle governamental da economia) para o campo da política. Comprometido com a “causa da liberdade”, Hayek representou uma face mais pública do Liberalismo Austríaco (em contraste com Mises), foi um dos fundadores da Sociedade Mont Pèlerin (dedicada à promoção dos valores e do pensamento liberal) e influenciou as políticas econômicas dos governos de Margaret Thatcher (1925-2013), na Inglaterra, Ronald Reagan (1911-2004), nos Estados Unidos, e Franz Josef Strauss (1915-1988), na Alemanha Ocidental, durante a etapa final da Guerra Fria. Suas ideias impactaram diretamente, portanto, nas dinâmicas da política internacional do século XX. Ao mesmo tempo, foi um intelectual prolífico, com contribuições que vão desde teorias sobre o cálculo econômico e o capital,

⁴³ HUERTA DE SOTO. *The Austrian School*. p. 62.

⁴⁴ MISES, Ludwig von. *Socialism: An Economic and Sociological Analysis*. New Haven: Yale University Press, 1951. Ver, também: MISES, Ludwig von. *O Cálculo Econômico sob o Socialismo*. Pref. Yuri N. Maltsev; Intr. Jacek Kochanowicz; Trad. Leandro Roque. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012.

⁴⁵ MISES, Ludwig von. *Human Action: A Treatise on Economics*. San Francisco: Fox & Wilkes, 1996. A obra se encontra disponível em língua portuguesa na seguinte edição brasileira: MISES, Ludwig von. *Ação Humana: Um Tratado de Economia*. Trad. Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 3ª Ed., 2010.

⁴⁶ MISES. *Human Action*. p. 3.

⁴⁷ IORIO. *Ação, Tempo e Conhecimento*. p. 63.

até a elaboração de uma teoria evolutiva do surgimento das culturas e civilizações, a partir de seu contato com a teoria darwinista de evolução por seleção natural⁴⁸, passando por trabalhos nas áreas de filosofia política, psicologia e epistemologia.

Tanto Mises quanto Hayek preocuparam-se com as dinâmicas sociais e políticas de seu tempo, o conturbado século XX, marcado pela implementação de experiências totalitárias de grande escala, duas grandes guerras e uma ordem mundial caracterizada pelo equilíbrio nuclear. Apesar de não terem sido teóricos de RI, ambos manifestaram interesse pela política internacional, e pela relação entre a ordem internacional e a garantia das liberdades individuais. Mises chegou a escrever dois livros nos quais lidou diretamente com temas de RI, *Nation, Staat, und Wirtschaft* [Nação, Estado e Economia]⁴⁹, de 1919, e *Omnipotent Government* [Governo onipotente]⁵⁰, de 1944. Contudo, ele não criou uma teoria específica de RI. Ao invés disso, analisou problemas relacionados à economia e à política internacional a partir de sua ciência geral da ação humana (praxeologia).

No período entre-guerras, Mises criticou negativamente Norman Angell (1872-1967), que em sua obra *The Great Illusion* [A Grande Ilusão], quase às vésperas da Primeira Guerra Mundial, defendeu a ideia de que é uma ilusão de ótica acreditar que a riqueza das nações decorre de suas capacidades materiais e de seu poder militar⁵¹. Para Mises,

é uma ingenuidade acreditar que as guerras não podem proporcionar benefícios, mesmo que provisórios, a indivíduos, nações e Estados⁵². Mises considerou, contudo, em sua obra *Liberalismus*⁵³ [Liberalismo], de 1927, que a solução para os problemas da guerra e da paz passa pelo âmbito da economia e que a política externa verdadeiramente liberal busca a paz entre as nações. O principal veículo para a paz seria a divisão internacional do trabalho, que fundamentaria a harmonia de interesses econômicos entre as nações, limitando assim a base racional para a guerra.

A chave do pensamento internacional de Mises, portanto, é o fluxo quase absolutamente livre de bens, capitais, serviços e trabalho, dado que em um mundo de livre comércio e livre mobilidade humana, não haveria incentivos racionais para empreender a guerra e a conquista. Ele apoiou a ideia de balança de poder após a Segunda Guerra Mundial, e defendeu a ideia de cooperação internacional, porém com as devidas reservas no que diz respeito à aplicabilidade das instituições internacionais coletivas⁵⁴.

Hayek considerava importante a divisão do mundo em nações, a partir da constatação de que indivíduos estão emocionalmente ligados às suas nações e não toleram dominação de parte de outros grupos. Para ele, e em consonância com grande parte das

⁴⁸ EBENSTEIN, Alan. *Hayek's Journey: The Mind of Friedrich Hayek*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

⁴⁹ MISES, Ludwig von. *Nation, State, and Economy: Contributions to the Politics and History of Our Time*. Intr. e trad. Leland B. Yeager. New York / London: Institute for Humane Studies / New York University Press, 1983.

⁵⁰ Idem. *Omnipotent Government: The Rise of the Total State and Total War*. Grove City: Libertarian, 1985.

⁵¹ ANGELL, Norman. *The Great Illusion: A Study of the Relation of Military Power in Nations to their Economic and Social Advantage*. New York / London: G. P. Putnam's Sons, 1910. Em língua portuguesa, ver a seguinte edição brasileira: ANGELL, Norman. *A*

Grande Ilusão. Pref. José Paradiso; Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Editora Universidade de Brasília / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

⁵² HAAR, Edwin van de. *Classical Liberalism and International Relations Theory: Hume, Smith, Mises, and Hayek*. New York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 80.

⁵³ MISES, Ludwig von. *Liberalism: The Classical Tradition*. Ed. Bettina Bien Greaves; Trad. Ralph Raico. Indianapolis: Liberty Fund, 2005. O livro foi publicado em língua portuguesa, estando disponível na seguinte edição brasileira: MISES, Ludwig von. *Liberalismo Segundo a Tradição Clássica*. Trad. Haydn Coutinho Pimenta. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2ª Ed., 2010.

⁵⁴ HAAR. *Classical Liberalism and International Relations Theory*. p. 109-110.

teorias de RI, as nações soberanas são as unidades da ordem internacional⁵⁵. No que diz respeito à guerra, Hayek considera que ela pode ser necessária, dado que a liberdade individual depende da manutenção da ordem internacional⁵⁶. Na base dessa consideração, reside a concepção de que o internacional tem uma especificidade, isto é, de que não há fundamentação moral para o estabelecimento de uma *Rule of Law* internacional, como há nas políticas nacionais⁵⁷.

Edwin van de Haar tem o mérito de analisar as contribuições do pensamento liberal de Mises e Hayek para a teoria de RI. Contudo, ele realiza um esforço para enquadrar esses autores nas correntes teóricas de RI, o que considero inadequado. O pensamento de Mises e Hayek tem muito a contribuir para a teoria de RI e para a Teoria Política Internacional, mas suas reflexões acerca do internacional e dos fenômenos políticos ocorrem em relação com os problemas da ordem econômica livre. A sugestão de van de Haar de que Mises e Hayek situam-se dentro do que se conhece como Escola Inglesa de Relações Internacionais é uma simplificação exagerada do Liberalismo Austríaco. Mises e Hayek combinam uma visão realista da sociedade internacional com a defesa da liberdade individual e do livre mercado como ambiente adequado à ação humana empreendedora (como foi corretamente apreendido por Foucault no *Nascimento da Biopolítica*), e eles têm a preocupação de que uma ordem internacional instável pode colocar em risco as liberdades individuais e o funcionamento do livre mercado. Mas são autores que, apesar de reconhecerem as especificidades do internacional, não têm a teoria internacional como foco de suas reflexões.

Contudo, sugiro que, a partir de Foucault, surge um caminho para uma conexão entre a Teoria Política Internacional e o Liberalismo Austríaco. Elementos centrais do

Liberalismo Austríaco, tais como a defesa da livre competição e das condições de possibilidade para o empreendedorismo criativo, participam da conformação de uma moralidade política (neo)liberal que, em um mundo complexo e interconectado, está na base das dinâmicas de governança global. Na atualidade, os temas que regulam as interações nos diversos “mercados” compreendem questões ambientais, de segurança, de migrações etc. e os indivíduos jogam nesses mercados segundo as regras das instituições de governança global: não como peões atomizados hiper-rationais que operam em uma lógica utilitarista de curto prazo, mas como indivíduos definidos em estreita relação com a sua socialidade internacional a partir de suas socialidades nacionais (independente de se estamos vivendo ou não uma questionável transição do internacional para o global⁵⁸).

Em suma, a abordagem árqueo-genealógica de Foucault, quando aplicada aos temas e problemas do Liberalismo Austríaco, ajuda a olhar para os micro-poderes sociais e políticos que participam, a partir das múltiplas instâncias da ação humana, da gestação de uma governamentalidade (neo)liberal na contemporaneidade. Ao mesmo tempo, essas microrrelações, que interconectam os sujeitos modernos tanto com seus ambientes sociais imediatos quanto com a complexidade contemporânea da socialidade anárquica do internacional, produzem a(s) moralidade(s) moderna(s) que permeiam o pensamento político, jurídico e econômico e que proporcionam, dessa maneira, uma base axiológica para o desenvolvimento de uma Teoria Política Internacional.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação teve como ponto de partida a percepção de que há uma dupla lacuna teórico-analítica no campo contemporâneo das RI. A primeira lacuna refere-se a uma

⁵⁵ Idem. *Ibidem.*, p. 103.

⁵⁶ Idem. *Ibidem.*, p. 104.

⁵⁷ Idem. *Ibidem.*, p. 111.

⁵⁸ WALKER, R. B. J. *After the Globe, Before the World*. London / New York: Routledge, 2010.

carência de estudos mais sistemáticos sobre o Liberalismo Austríaco de autores como Mises e Hayek e a relação entre esse corpo de pensamento e a Teoria Política Internacional. A segunda lacuna se expressa na maneira como o pensamento de Michel Foucault em geral, e o *Nascimento da Biopolítica* em particular, têm sido trabalhados nas RI: apesar de Foucault ter devotado grande parte de suas reflexões ao papel desempenhado pelo Liberalismo Austríaco na gestão da governamentalidade (neo) liberal e da biopolítica na contemporaneidade, no campo das RI as leituras de Foucault - em grande medida por uma questão de escala, isto é, devido a uma ênfase nos macroprocessos ao invés das microrrelações de poder - tendem a negligenciar o papel do pensamento liberal austríaco na produção da(s) moralidade(s) moderna(s). Em conjunto, essas duas lacunas representam um obstáculo para o desenvolvimento de uma Teoria Política Internacional adequada aos desafios da modernidade tardia.

Minha proposta neste artigo, portanto, foi oferecer uma clarificação de conceitos a respeito das reflexões de Foucault sobre o pensamento do Liberalismo Austríaco. Além disso, a partir de uma exposição das principais ideias do Liberalismo Austríaco no século XX e de Mises e Hayek como seus principais representantes, avancei o argumento de que uma análise sobre o lugar de Mises e Hayek na gestação da biopolítica e da governamentalidade (neo) liberal possibilita o desenvolvimento de uma nova perspectiva para a Teoria Política Internacional, concebida como o conjunto de esforços para pensar o problema do “político” na sociedade anárquica de nações soberanas com base na conexão entre política e moralidade no pensamento ocidental moderno.

A partir da minha análise, concluí que certos elementos que ocupam um lugar central nas reflexões do Liberalismo Austríaco, tais como a defesa da livre competição, uma concepção subjetiva do *homo agens* em oposição ao *homo oeconomicus* neoclássico, e a importância do empreendedorismo criativo, participam das microrrelações de poder que interconectam os sujeitos na modernidade

tardia. Tais sujeitos vivem e se desenvolvem em um ambiente caracterizado por uma diversidade de fenômenos complexos e imbricados, o que coloca desafios para o campo contemporâneo das RI. Entretanto, a partir de um estudo cuidadoso do pensamento de autores como Mises e Hayek, em conjunto com as concepções de Foucault sobre biopolítica e governamentalidade, é possível considerar de maneira adequada os micro-poderes sociais e políticos que participam da gestação de uma governamentalidade (neo)liberal na contemporaneidade. Dessa maneira, Foucault, Mises e Hayek possibilitam o empreendimento de reflexões teórico-analíticas a respeito da conexão entre moralidade e política na constituição das relações entre as múltiplas socialidades que conformam a vida política na modernidade tardia.

Uma implicação imediata deste trabalho é a necessidade de iniciar uma reatualização teórica do campo das RI diante das questões complexas que desafiam essa área acadêmica na modernidade tardia. Ao invés do estabelecimento de um abismo (a meu ver, artificial) entre o pensamento liberal contemporâneo e a contribuição crítica reflexiva de Foucault, sugiro que o campo das RI só tem a ganhar de uma abordagem que combina autores como Mises, Hayek e Foucault no desenvolvimento de uma Teoria Política Internacional adequada aos desafios da atualidade. Obviamente, uma segunda implicação é a necessidade de reavaliar o significado de “Teoria Política Internacional” e sugiro, nessa direção, o resgate da conexão entre política e moralidade como base para pensar o problema do político no ambiente internacional.

Para dar continuidade às reflexões iniciadas neste artigo, defendo a necessidade de aprofundar a reflexividade crítica a respeito das maneiras como o pensamento de Foucault influencia o campo de estudos das RI, especialmente na relação entre Foucault e o pensamento liberal, o que exige um tratamento intensivo e sistemático das contribuições de autores como Mises e Hayek na construção da modernidade política tardia. ∞